



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

DANIELE AZEVEDO RODRIGUES

**POLÍTICA EDUCACIONAL NO BAIXO TOCANTINS: A ORGANIZAÇÃO DO
ENSINO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA**

ABAETETUBA-PA
2019

DANIELE AZEVEDO RODRIGUES

**POLÍTICA EDUCACIONAL NO BAIXO TOCANTINS: A ORGANIZAÇÃO DO
ENSINO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário-Abaetetuba, como requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia orientado pelo Professor Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza.

ABAETETUBA-PA

2019

DANIELE AZEVEDO RODRIGUES

**POLÍTICA EDUCACIONAL NO BAIXO TOCANTINS: A ORGANIZAÇÃO DO
ENSINO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza (Orientador)

Membro: (Examinador – UFPA)

Membro: (Examinador – UFPA)

Aprovado em: ____/____/____

Conceito: _____

ABAETEUBA-PA
2019

Com gratidão, dedico a conquista na construção desse trabalho primeiramente a Deus, razão de minha existência e amor maior; a minha mãe, mulher forte, de caráter que sempre inspirou-me em toda minha vida; a meu pai, homem valente que com todo seu empenho cuidou de nossa família e também é meu grande exemplo. A minha família, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

A Deus faço meus singelos agradecimentos pelo dom da minha vida, por guiar-me e proteger-me, pela sabedoria e por seu amor incondicional sobre mim e minha família.

A minha família por sempre apoiar-me em meus sonhos, minha mãe Maria de Nazaré Azevedo Rodrigues, uma mulher incrível que sempre esteve presente em todo o meu percurso escolar, e meu pai Antônio Pedro Castro Rodrigues, homem forte e trabalhador que lutou todos os dias para que eu e minha irmã tivéssemos mais oportunidades. Aos meus pais meu agradecimento pelo amor, pelo incentivo, pelo apoio e contribuição para a realização desse sonho.

A minha irmã Dimieli Azevedo Rodrigues pelo companheirismo, pelo carinho, pela amizade e por sempre me ouvir durante os momentos de preocupação.

Ao meu namorado Alan Junior da Graça Santos, um homem incrível, um amigo e companheiro que contribuiu durante esses anos de minha formação, sempre me apoiando nas horas de aflição entre trabalhos, provas e seminários, meus sinceros agradecimentos.

A esta universidade, direção geral e direção da Faculdade de Educação e Ciências Sociais, especialmente ao Prof. Dr. Jadson Gonçalves e Prof.^a Dra. Vilma de Brício, pela contribuição no percurso dessa formação. Aos docentes, que de forma ética proporcionaram conhecimentos, especialmente aos professores Msc. Adelino Ferranti, a Dra. Socorro Lima, Dra. Joyce Ribeiro, Dra. Eliana Pojo e Dra. Vivian, pelas contribuições ao longo desses anos de formação.

Ao meu orientador o Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza, pelo suporte, apoio e contribuição para a elaboração desse trabalho.

Aos meus amigos, que me incentivaram na busca desse sonho, a Maiara e Silva Oliveira, a Alena Rodrigues, Dienne Macedo, Sheyla Pereira, entre outros, que sempre estiveram torcendo por mim, acompanhando minhas lutas e conquistas.

Aos meus amigos da Pedagogia 2015 vespertino, pelas amizades que construí ao longo desses 4 anos e meio, pessoas que levarei em meus pensamentos e em meu coração, amigos que se foram e aqueles que estão assim como eu lutando para a concretização desse sonho. Essas pessoas especiais, compartilharam momentos de aflição em meio a provas, seminários e trabalhos. Em especial a minha equipe “Fantásticos” composta por Suellem Macedo Cardoso, Rafaelly Paola Alexandre Costa e Costa, Isabella Corrêa, Aldanize Pires e Robson William Alexandre.

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis” , se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa de homens (FREIRE, 2002, p. 20).

RESUMO

É importante destacar que este estudo tem como objetivo compreender as dinâmicas de organização do ensino do município de Abaetetuba-Pa e perceber de que forma as articulações políticas e sociais vêm debatendo uma proposta efetivamente democrática de ordenação do sistema educacional no município do Baixo Tocantins. A opção metodológica deste estudo foi de abordagem qualitativa, pois acredita-se que esse tipo de pesquisa por acreditar que essa irá permitir uma investigação minuciosa do objeto de estudo. Além disso, utilizou-se como métodos de investigação o levantamento e análise de dados, de documentos e a entrevista com os representantes da Secretaria Municipal de Abaetetuba, Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Conselho Municipal de Educação e a prefeitura. Na pesquisa utilizou-se diversas fontes para compreender os percursos da criação do sistema de ensino, sua construção, o contexto social e econômico desse processo e a relação entre sistema e plano de ensino; portanto fundamentou-se nas concepções de diferentes autores como Diva Chaves Sarmiento, Dermeval Saviani, Carlos Roberto Jamil Cury, Alexandre Cals, Antonio Chizzotti, dentre outros. Os resultados indicam que o município de Abaetetuba possui um sistema de educação baseado em uma cultura político partidário, a qual influencia diretamente nas questões de organização, planejamento e também em alguns cargos no setor educacional. Com isso, existe forte interferência nas políticas educacionais, o que provoca obstáculos para que o município proporcione políticas efetivas direcionadas a qualidade na educação abaetetubense.

Palavras Chave: Políticas Educacionais. Sistema de Ensino. Organização do ensino municipal

ABSTRACT

It is important to highlight that this study aims to understand the dynamics of teaching organization of the municipality of Abaetetuba-Pa and to understand how the political and social articulations have been debating an effectively democratic proposal of ordering the educational system in the municipality of Baixo Tocantins. The methodological option of this study was of a qualitative approach, because it is believed that this type of research because it believes that this will allow a detailed investigation of the object of study. In addition, research methods were used to collect and analyze data, documents and the interview with the representatives of the Municipal Secretariat of Abaetetuba, Union of Workers in Education, Municipal Council of Education and the city hall. The research used several sources to understand the pathways of the creation of the education system, its construction, the social and economic context of this process and the relationship between the system and the educational plan; therefore it was based on the conceptions of different authors such as Diva Chaves Sarmiento, Dermeval Saviani, Carlos Roberto Jamil Cury, Alexandre Cals, Antonio Chizzotti, among others. The results indicate that the municipality of Abaetetuba has an education system based on a partisan political culture, which directly influences the organization, planning and also some positions in the education sector. With this, there is a strong interference in educational policies, which causes obstacles for the municipality to provide effective policies aimed at quality in Baetetubense education.

Keywords: Educational Policies. Education system. Organization of municipal education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A ORIGEM DOS SISTEMAS DE ENSINO	11
1.1. A História do Sistema Educacional Brasileiro	13
1.2. Os Sistemas de Ensino na Constituição e na LDB	15
1.3. O Sistema de Ensino na Constituição de 1988	15
1.4. Como Estão Organizados Os Sistemas De Ensino No Brasil – LDB.....	17
1.5. A Criação dos Sistemas Municipais de Ensino	18
1.6. O Conselho Nacional e Municipal de Educação.....	22
2 O MUNICÍPIO DE ABAETETUBA	27
2.1. Histórico de Abaetetuba.....	27
2.2. Os Percursos da Pesquisa.....	31
3 DESAFIOS E AVANÇOS: A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO EM ABAETETUBA.....	38
3.1. A Construção do Plano Municipal de Abaetetuba.....	39
3.2. A organização do Ensino no Município de Abaetetuba.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

A compreensão do desenvolvimento de instalação do sistema de ensino, seus processos, e os princípios que proporcionaram sua criação, foram o foco desse estudo. Convém ainda, evidenciar que a pesquisa foi realizada no município de Abaetetuba, no estado do Pará, o qual possui uma população de aproximadamente 156.292 pessoas (IBGE, 2018). Banhado por 72 ilhas o local é rico em belezas naturais, cachoeiras, igarapés, sítios, fazendas e balneários. Abaetetuba fica localizado ao norte do Pará, mais especialmente na região do Baixo Tocantins, é composto por 3 áreas: a zona urbana, e a zona rural, dividindo-se na região das ilhas e estradas. Dessa forma, considera-se que apesar de ser um único município, o público de educandos possivelmente tem realidades diferentes, dentro deste município.

Diversos são os aspectos observados dentro da educação abaetetubense, logo esse estudo é significativo na dimensão pessoal porque, além de permitir a reflexão, estive analisando o próprio município em que resido; e entendo que é importante conhecer as realidades que nos cercam. O município de Abaetetuba é repleto de ilhas e estradas, além da zona urbana, então deve-se observar se as Políticas Educacionais estão chegando a todas as áreas de maneira igual e de qualidade. Entendo que com essa pesquisa vou aprofundar meus conhecimentos enquanto habitante da cidade de Abaetetuba.

Além disso, é viável no âmbito social por tratar de um tema tão importante na sociedade em que vivemos, já que a educação é o ponto de partida, é algo que nos traz aprendizados, que nos faz conhecer nossos direitos e nossos deveres, é com a educação que as portas se abrem para o mercado de trabalho. No entanto, a educação necessita ser de qualidade, e deve ser encarada como necessidade primordial, por isso é tão relevante a análise do sistema e do plano municipal, para saber de que forma está sendo tratada a educação no âmbito municipal.

O primeiro capítulo apresenta a história da educação, sua origem, como e quando iniciou o sistema de ensino; destacando também a formação do sistema educacional brasileiro. Além de enfatizar a questão do município como ente federativo e suas atribuições frente a criação e aplicabilidade do sistema municipal de ensino.

No segundo capítulo está explícito a história do município de Abaetetuba, sua cultura, suas riquezas naturais e como está sendo organizada a educação no município. Além disso, também apresenta os percursos e percalços da pesquisa, analisados durante a visita realizada nos órgãos: SEMEC, SINTEPP, CME e Prefeitura Municipal de Abaetetuba.

No terceiro capítulo deste estudo destaca-se a análise das entrevistas realizadas com os representantes dos órgãos, relatando a importância, suas funções e suas propostas para melhoria da educação no município. Assim como, também se faz a relação entre eles e a análise do PME.

O tema sistema de ensino envolve um campo muito amplo de discussões e análises, sendo assim, é muito significativo enquanto acadêmica de pedagogia, buscar conhecimentos a respeito desse assunto, por se tratar de algo que faz parte do dia-a-dia do profissional da educação. Portanto, essa investigação me possibilitará um olhar, uma crítica e atitude diferente.

Convém ressaltar, que a proposta metodológica dessa pesquisa é de cunho qualitativo, dessa forma, utilizou-se instrumentos importantes para uma análise mais precisa e detalhada, foram realizadas entrevistas com representantes de alguns órgãos importantes; além disso, foi feita a leitura e análise de documentos, entre eles o Plano Municipal de Educação de Abaetetuba.

Consequentemente através desse estudo procurou-se entender de que forma estão sendo cumpridas essas diretrizes, ou como estão sendo buscados meios de realizá-las, sempre lembrando que o discurso e a prática devem estar conciliados e devem andar juntos.

Com isso, foi possível, verificar algumas questões significantes e ao mesmo tempo instigante, a proposta da pesquisa foi a fim de obter um estudo mais aprofundado sobre Sistema Municipal de ensino de Abaetetuba, o processo de criação do sistema de ensino do referido município, analisar as conquistas e identificar os problemas da educação abaetetubense.

Durante os estudos, foi possível compreender que o Plano Municipal de Educação foi alinhado ao Plano Nacional de Educação, e detém-se de 12 diretrizes, dentre as quais destaco duas que propiciaram uma certa reflexão: IV-Melhoria da qualidade da Educação; IX-Valorização dos profissionais da Educação. Isso porque, essas diretrizes citadas se bem aplicadas com certeza farão diferença durante o percurso escolar das crianças do município de Abaetetuba, e também pelas quais os profissionais da Educação serão motivados a realizar com mais prazer suas atribuições. Ainda é perceptível que precisamos avançar muito para alcançar grandes transformações e resultados significativos.

1 A ORIGEM DOS SISTEMAS DE ENSINO

Do latim *systema*, um sistema é um conjunto ordenado de elementos que se encontram interligados e que interagem entre si. Segundo o dicionário Aurélio sistema é um conjunto de elementos, materiais ou ideais, entre os quais se possam encontrar ou definir alguma relação ou disposição das partes ou dos elementos de um todo, coordenado entre si, e que funcionam como estrutura organizada.

Para Saviani o conceito de sistema “denota um conjunto de atividades que se cumprem tendo em vista determinada finalidade” (SAVIANI, 1998). Sendo assim, implica que estas atividades são organizadas segundo normas. Ainda há algumas definições que sugerem sistema como “um conjunto de elementos independentes que organizados formam um todo”. Portanto se sistema é composto de atividades sistematizadas e organizadas, isto significa que pode ser entendido como algo planejado que possui um objetivo a ser atingido.

Então, sistema de ensino significa uma organização de vários componentes necessários para conseguir alcançar objetivos educacionais preconizados para a população a qual se destina (SAVIANI, 1998).

A escola é parte constituinte e constitutiva da sociedade na qual está inserida. Assim, esta é organizada a partir de normas que regem dentro de uma sociedade. Então, a organização dessas normas forma um sistema, e um município passa a formar uma unidade, ou seja, um sistema de ensino. Portanto um sistema de ensino pressupõe um conjunto de elementos materiais (instituições de ensino) e ideais (leis e normas que regem as instituições educacionais).

Para Saviani (1998) o termo sistema, em relação à educação, é empregado com diversos sentidos, o que lhe confere um caráter de certo modo equívoco. Pois a educação “como assistemática, ela é indiferenciada, ou seja, não deve se distinguir ensino, escola, graus, ramos, padrões e métodos etc.”. Porém quando o homem sente a necessidade de intervir nesse fenômeno e construir um sistema, então ele evidencia sua concepção de educação expressando valores que influenciam nas suas prioridades, sobre cuja base se definem os critérios de ordenação dos elementos que integram o processo educativo, e então surgem diversas distinções.

Para Sarmento (2005), começa na Europa e se expande pelo mundo, a organização e a difusão da escola padronizada, pública e obrigatória, articulada em redes e sob a responsabilidade do Estado. Por meio da escolarização, a construção da modernidade incide na formação do Estado-Nação, que através da imposição de uma língua e de uma história comuns

determina a construção de sociedades racionalmente organizadas e hierarquizadas em que a potenciação do desenvolvimento econômico, político e militar característicos dos séculos XIX e XX é levada aos seus limites máximos.

Com a propagação desse processo de escolarização surge o progresso das sociedades sobre a hegemonia burguesa, mais precisamente em alguns aspectos, com diferenças entre países. A escola tem o papel de produtora e reprodutora da ordem social e da eficiência. Sendo assim houve grandes mudanças no mundo ocidental, e a criação dos sistemas escolares sistematizou as divisões existentes e gerou um ponto focal na política em âmbito do Estado, tornando-o o favorito dos enfrentamentos sociopolíticos em termos de cultura, classes sociais e futuro social.

A escola ao longo do período de sua expansão veio se tornando direito, permitindo aos defensores de uma educação democrática apontar:

O sistema de educação escolar pode afirmar-se como um lugar central de afirmação da cidadania numa sociedade comunicacional (Habermas) gerida de um modo dialógico, embora tendo sempre presente que a escola é um local de luta e de compromisso, que não se muda por decreto ou discurso teórico, como lembrava Paulo Freire. (TEODORO, 2001 p. 156)

Portanto o sistema escolar sustenta esperanças de democratização e libertação, mais também é palco de lutas e de conflitos o que reflete nas forças econômicas, históricas e sociais. Ao frequentar a escola, sujeitam-se as suas normas, cumprindo regras que passam a ser obrigatórias em termos de currículo. Desse modo a escola cumpria a função de socialização, preparando para ocupar um lugar na sociedade.

Os sistemas nacionais de ensino, foram refletidamente “atingidos”, pela crise do Estado-nação, decorrente da globalização da economia. A partir de 1970, a sociedade sofre várias mudanças em aspectos como tempo, espaço, onde o Estado passa a interferir mais, nas relações e nas formas de escolarização do povo.

O Estado-nação teve uma função importante, após a Segunda Guerra Mundial, nas políticas, na educação, e também junto com os programas de assistência e proteção social. Devido à globalização da economia e o esgotamento do projeto desenvolvimentista, as políticas educativas foram diretamente afetadas, o que levou à reforma do Estado e à ampliação da influência nas políticas públicas e nas políticas educacionais. Nesse caso, o controle do sistema passa a ser feito por meio de amplos sistemas nacionais de avaliação.

1.1. A História do Sistema Educacional Brasileiro

No Brasil, a educação iniciou-se durante o período colonial com os jesuítas, que tinham como objetivo catequizar os nativos, ou seja, a incumbência dos mesmos era de ampliar o número de fiéis na colônia e propagar a fé católica. Porém depois de algum tempo, estes expandiram seus ensinamentos aos brancos e mestiços. Os jesuítas foram os únicos educadores que ensinavam no Brasil durante o período colonial, e assim acabam criando um “sistema” educacional, preocupado com a educação de uma elite religiosa.

Na segunda metade do século XVIII, o influente ministro Marquês de Pombal decidiu que os jesuítas deveriam ser expulsos do Brasil por conta da grande influência na política e na economia que tinham conseguido com seus ensinamentos. Isso porque essas influências acabaram por colocar os índios contra as autoridades portuguesas, o que ocasionou várias guerras. A partir de então o ensino a ser instituído era através do ensino laico e público através das Aulas Régias, e os conteúdos baseiam-se nas Cartas Régias.

Em 1772, foi implantado o ensino público oficial no Brasil, onde o Estado correspondendo aos ensinos primário e secundário ofereceria línguas modernas, desenho, aritmética, geometria e ciências naturais. Essa reforma era de certa forma uma estratégia para descentralizar o ensino das mãos dos jesuítas e possibilitar que todos os cidadãos pudessem se beneficiar desta. Porém ainda era possível ver religiosos lecionando aulas em suas casas, igrejas, ou em outros lugares, pois a população valorizava muito seus ensinamentos. Em 1834, têm fim as Aulas Régias.

No século XIX, ainda não havia uma política educacional no país, apesar de o Rei João VI oportunizar cultura ao Brasil com a criação de escolas de nível superior, museus, bibliotecas, entre outros. Ainda havia muitas dificuldades em relação a educação, inclusive a elite monárquica não se importava com o ensino da maioria da população.

O período republicano, em 1889 trouxe a escola seriada, que eram raras e que possuíam poucas vagas, e estas eram disputadas pela classe média, porém valoriza o estudo, métodos escolares e a modernização de conteúdos.

Getúlio Vargas ao assumir o governo provisório, criou o ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como ministro Francisco Campos que conseguiu desenvolver em 1931, a Reforma Francisco Campos. Essa reforma organizou o ensino superior no Brasil, ensino comercial, o secundário além da regulamentação profissional do contador, entre outras organizações feitas a nível nacional. Porém a educação primária ainda ficou esquecida durante

muito tempo, porque os investimentos estavam mais voltados para a educação profissionalizante conforme o contexto histórico mundial.

Em 1932, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova; que defendia uma educação pública, gratuita, obrigatória, laica, sem qualquer discriminação por cor ou sexo, priorizando a sua implantação em todo o país, sendo as características regionais, dever do Estado, determinando assim o fim do caráter discriminatório no ensino. Segundo Saviani (1999) esta foi à primeira ideia de plano na educação.

O conceito de plano, no âmbito do “Manifesto”, assume o sentido de instrumento de introdução da racionalidade científica no campo da educação em consonância com o ideário escolanovista para o qual “os trabalhos científicos no ramo da educação já nos faziam sentir, em toda a sua força reconstrutora, o axioma de que se pode ser tão científico no estudo e na resolução dos problemas educativos, como nos da engenharia e das finanças” (Ibid.: p.409) (SAVIANI, 1999).

Em 1934, surgiu uma nova constituição que destacava um capítulo inteiro a educação, a União passava a ter a obrigação de “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país” (art. 150). Essa constituição foi redigida tendo o objetivo de organizar o regime democrático, a unidade, a justiça, a liberdade e a questão socioeconômica do país.

No ano de 1937, Getúlio Vargas cria um sistema educacional com o objetivo de “construir” o cidadão-trabalhador: a Pedagogia do Estado Novo. Esta, porém reforçou uma educação excludente, apoiando a dualidade entre a escola de ricos e pobres, onde aos pobres se dá apenas o direito de aprender para trabalhar, já para a classe média oferece-se o ensino propedêutico, ou seja, um ensino significativo, os chamados conhecimentos mínimos. Infelizmente a constituição de 1937, marcou um retrocesso na educação brasileira.

Em 1964, com o golpe militar, foram inúmeras as reformas realizadas sem contar com a participação dos maiores interessados: diretores, professores, alunos, o autoritarismo tomou conta de várias esferas inclusive na educacional.

Diante desse breve histórico do sistema educacional no Brasil, é necessário observar mais sobre a constituição e a LDB, para uma melhor compreensão dos avanços em relação ao sistema de ensino.

1.2. Os Sistemas de Ensino na Constituição e na LDB

Em 1934 foi aprovada uma nova constituição, e foi nesse período que se começou a fazer parte das discussões sobre sistemas de ensino estaduais e municipais. Essa constituição dedicava um capítulo inteiro a educação, dando obrigações a União para “traçar as diretrizes e a educação nacional” (art. 5º) e fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino em todos os graus e ramos, comum e especializados.

Em 1937, o Estado Novo promulgou uma nova constituição que rejeitava o plano nacional da educação que atribuía a União a função de estabelecer as bases e as normas da educação em todo território brasileiro.

Com o fim do Estado Novo, em 1946, surge uma nova constituição que retomava as ideias da constituição de 1934 e dava início ao processo de discussão sobre a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Só então, no ano de 1961, foi aprovada a primeira LDB, após dez anos ela foi substituída. Em 1988, ela entra em vigor, porém só é sancionada em 1996 no país.

1.3. O Sistema de Ensino na Constituição de 1988

A Constituição de 1988 estabeleceu em seu art. 211 que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os seus sistemas de ensino”, sendo assim, permitiu aos municípios a instituição de seus sistemas de ensino com autonomia, firmado como um ente federativo autônomo.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (BRASIL, 1988, Art. 211)

No entanto, para Saviani, o Art. 211 da Constituição Federal de 1988 trata o termo sistema como a organização das redes de ensino, “no caso dos municípios, apenas por analogia são chamadas aí de sistemas de ensino”.

Ao que tudo indica, o artigo 211 da Constituição Federal de 1988 estaria tratando da organização das redes escolares que, no caso dos municípios, apenas por analogia são chamadas aí de sistemas de ensino. Com efeito, sabe-se que é muito comum a utilização do conceito de sistema de ensino como sinônimo de rede de escolas. Daí falar-se em sistema estadual, sistema municipal, sistema particular etc, isto é, respectivamente, rede de escolas organizadas e mantidas pelos estados, pelos municípios ou pela iniciativa particular. (SAVIANI, 1999, p.123)

Está explícito na Constituição que o município deve manter escolas, principalmente as de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV – criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;
- V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- VII – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (BRASIL, 1988, Art. 30)

Porém na constituição é possível perceber que o como afirma Saviani (1999):

É de notar, por outro lado, que não consta desse artigo 30 que trata das competências dos municípios, a prerrogativa de “legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto” como ocorre com a União, os estados e o Distrito Federal. Portanto, numa interpretação estrita do que está expresso no texto da Constituição Federal em vigor, os municípios não disporiam da faculdade de instituir sistemas próprios de ensino já que isso entraria em conflito com o disposto no Título III da Constituição. Consequentemente, não haveria lugar para a instituição de sistemas municipais de ensino. As escolas municipais integrariam, via de regra, os sistemas estaduais de ensino subordinando-se, pois, às normas estabelecidas pelos respectivos estados.

Sendo assim, é importante destacar que na Constituição, os municípios, de certa forma não tinham autonomia para instituírem seus próprios sistemas de ensino. Pois como diz Saviani não compete aos municípios “legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto”, como acontece com a União, os Estados e ao Distrito Federal no art. 24 da Constituição Federal de 1988: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: IX – educação, cultura, ensino e desporto”.

Portanto a Nova LDB, “procurou contornar a dificuldade apontada, ultrapassando a ambiguidade do texto constitucional e estabelecendo com clareza a existência dos sistemas municipais de ensino” (SAVIANI, 1999).

1.4. Como Estão Organizados Os Sistemas De Ensino No Brasil – LDB

O ensino no Brasil está organizado e estruturado de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394/96), a qual estabeleceu a finalidade da educação em nosso país. Ela deve estar organizada em seus seguintes aspectos: órgãos administrativos, níveis e modalidades de ensino entre outros baseados na constituição.

O Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) são os órgãos responsáveis pela educação em nível federal. A Secretaria Estadual de Educação (SEE), o Conselho Estadual de Educação (CEE), a Delegacia Estadual de Educação (DRE) ou Subsecretaria de Educação são responsáveis em nível estadual e em nível municipal temos a Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Conselho Municipal de Educação (CME).

A educação escolar constitui-se de Educação Básica e Educação Superior. Sendo que a Educação Básica ela é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Além disso, existem outras modalidades de ensino que são:

Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental e Médio)

Educação Profissional ou Técnica

Educação Especial

Educação a Distancia (EAD)

As instituições de ensino podem ser de ensino público, a qual é criada, mantida e administrada pelo poder público e a privada, que é mantida e administrada por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Essas instituições estão a cargo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A União Federal é responsável pelas instituições de Educação Superior e devem elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dessa forma também prestar assistência técnica e financeira para o desenvolvimento do seu sistema de ensino. Além disso, deve estabelecer competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, assegurar o processo de avaliação, baixar normas sobre o curso de graduação e pós-graduação, avaliar e credenciar as instituições de ensino.

Os Estados terão que organizar e manter as instituições de seus sistemas de ensino, elaborar, executar políticas e planos educacionais de acordo com as diretrizes e planos nacionais da educação, autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior, assegurar o ensino fundamental, oferecer o ensino médio a todos e assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. Ao Distrito Federal serão aplicadas as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Segundo a LDB 9.394/96 (Art. 11)

Os Municípios incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II – exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV – autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI – assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

As instituições poderão definir suas normas de gestão, porém devem estar em conformidade com os órgãos federais e estaduais e municipais obedecendo a organização e estrutura do sistema de ensino, ou seja, as instituições têm uma certa autonomia para criar suas normas, mais deve seguir as orientações impostas pelos órgãos acima citados.

1.5. A Criação dos Sistemas Municipais de Ensino

Na constituição de 1988 e na LDB 9.394/96, é explicitado as competências dos entes federativos, dando aos municípios autonomia para criar seu próprio sistema de ensino.

Saviani afirma que é necessário:

[...] frisar, contudo, que a diferença de graus de autonomia não significa redução de importância para as instâncias que detêm menor autonomia. É comum afirmar-se que o município é a instância mais importante, pois é aí onde, concretamente, vivem as pessoas. Desse ponto de vista, o estado e a União se configuram como instâncias abstratas, já que sua realidade se materializa, de fato, no recorte dos municípios. Ora, mas se assim é, então está claro que a configuração dos estados e da União, sua estrutura, sua organização e administração são operadas por indivíduos concretos, cidadãos reais, ou seja, os habitantes dos municípios. Portanto, se a autonomia se concentra mais nos estados do que nos municípios é porque no âmbito do estado ela se exercita em relação a todos os municípios que o integram e não apenas por parte de cada município em confronto com os demais. O mesmo se diga da União, cuja autonomia se exerce em relação a todas as unidades federativas e não apenas na contraposição entre elas. Em última instância, são os munícipes que atuam simultaneamente nas três instâncias que, obviamente, se fortalecem reciprocamente na medida em que se estreitam os laços de articulação que as unem em torno de propósitos e interesses comuns. (SAVIANI, 1999)

Dessa forma, Saviani confirma a ideia de que a administração do estado e da União é feita por cidadãos que habitam os municípios, e que o grau de autonomia destes entes federativos não condiz em relação a importância, mais em relação ao exercita-se em relação a todos os municípios, ou em relação a todas as unidades federativas. Consequentemente, compreende-se que mesmo o município tendo autonomia ele baseia-se nas organizações determinadas pelo estado e também pela união.

Segundo Sarmiento (2005) “A legislação previu, ainda, como alternativas a essa opção, o município compor com o estado um sistema único ou manter-se integrado ao sistema estadual”. Nesse sentido o município, poderia criar seu próprio sistema ou adequar-se ao sistema do estado.

De acordo com a LDB 9.394/96, os Municípios são responsáveis: em organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições de ensino; exercer ações em relação as suas escolas autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de ensino, oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas com prioridade e assumir a responsabilidade do transporte para os alunos da rede municipal.

Levando em consideração, que houve uma descentralização, devido a implantação de sistemas municipais de ensino. Sarmiento (2005) afirma, que “a descentralização tem sido apoiada tanto por conservadores como por progressistas”. E que, nesse sentido, “o município tem sido apontado como um campo potencializador de experiências democráticas, pela proximidade do governo local com os cidadãos” (SARMENTO, 2005).

Além disso, com a criação dos sistemas municipais de ensino, surge novas políticas de municipalização. Como exemplo, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), instituído na Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996 e regulamentado na Lei 9.424, de 24 de janeiro de 1996.

Art. 60. Nos dez primeiros anos da promulgação desta emenda, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de sessenta por cento dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, a manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

§ 1º A distribuição de responsabilidades e recursos entre os estados e seus municípios a ser concretizada com parte dos recursos definidos neste artigo, na forma do disposto no art. 211 da Constituição Federal, e assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, de natureza contábil. (BRASIL, 1996)

O art. 2º da Lei 9.424/96, explicita que “os recursos do Fundo serão aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, e na valorização de seu Magistério” (BRASIL, 1996). Dessa forma, o FUNDEF é um fundo de cunho contábil, pelo qual são distribuídos recursos para os Estados e Municípios de acordo com os números de alunos.

§ 1º A distribuição dos recursos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á, entre o Governo Estadual e os Governos Municipais, na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino [...] (BRASIL, 1996)

Sarmiento (2005) afirma que essas mudanças, na área educacional nos anos de 1980, foi apoiada pelos educadores, afinal a descentralização e a autonomia, eram defendidas “como uma contraposição ao autoritarismo” (SARMENTO, 2005). Com isso, até “aqueles identificados como progressistas, entendiam ser uma importante conquista de um sistema nacional de educação “público, gratuito e de qualidade” para todos” (SARMENTO, 2005).

Diante disso, ressaltar-se que a criação dos sistemas municipais de ensino, contribuiu para que novas oportunidades surgissem, políticas educacionais, além de defender o ensino como direito do cidadão e dever do Estado.

É importante frisar, o que Sarmiento (2005) afirma em relação a descentralização chegar ao nível municipal:

[...] havia divergência quanto ao fato de a descentralização chegar ao nível municipal, tanto entre educadores como entre políticos. Nesse sentido, a criação dos sistemas municipais de ensino pode ser entendida como a opção do município em assumir a autonomia em relação à política educacional, uma vez que pressupõe uma decisão pautada em lei, devendo ser interesse do executivo, aprovada pelo legislativo e contar com a participação de setores das comunidades nos Conselhos Municipais de Educação, parte integrante do sistema.

Nesse sentido, o que entende-se é que houve um certo desentendimento em relação aos gastos com o FUNDEF, o que fez com que “a criação de sistema municipais de ensino ficou em segundo plano” (SARMENTO, 2005).

Entretanto, a criação do sistema municipal de ensino foi muito significativa uma vez que proporcionou várias mudanças. Os municípios passaram a usufruir de algumas questões democráticas, as quais utilizaram para diversos encaminhamentos. Pode-se observar na leitura do Art. 14 da LDB 9.394/96:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Dessa maneira, verificou-se que a participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico da escola também significaria novas possibilidades, pois como afirma SARMENTO (2005) “os valores e a cultura locais foram fortalecidos, permitindo a adequação do ensino à realidade da região”.

De acordo com a Legislação, os professores deveriam ter uma certa responsabilidade e maior participação na elaboração das questões pedagógicas e também em relação ao processo de aprendizagem dos alunos:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL, 1996)

De fato, a criação do sistema municipal de ensino proporcionou a participação das pessoas que compõem a comunidade escolar e o município. As instituições de ensino, ganharam novas propostas pedagógicas, nas quais foram consideradas as culturas e os valores da região. O município ganhou autonomia para decidir questões em relação a educação infantil e ao ensino fundamental, além do surgimento de algumas políticas. Segundo Sarmiento (2005):

A criação do Sistema Municipal de Educação possibilitou aos municípios usarem sua autonomia para encaminhamento das questões referentes a sua área de atuação: educação infantil e ensino fundamental (art. 11 da LDB). Em geral, os municípios consideraram que se tornou possível estruturar melhor a rede escolar municipal, contribuindo para a solução dos principais problemas na área da educação. (SARMENTO, 2005, pág. 1383)

Diante disso, pode-se considerar que a criação do sistema municipal de ensino foi um passo muito importante para a educação brasileira. Afinal, até hoje muitas mudanças ainda estão acontecendo, o surgimento de novas políticas, novas propostas, em busca de uma educação de qualidade.

1.6. O Conselho Nacional e Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Ensino exerce uma função articuladora entre a sociedade e os gestores das escolas municipais. Segundo Lima (2011):

Nessa nova vertente de como administrar a coisa pública, a sociedade se insere nos níveis de decisões dos governos por meio de vários mecanismos de participação, principalmente por meio dos Conselhos Municipais, entre eles o Conselho Municipal de Educação (CME). Poder Público e Sociedade, juntos, constroem na atualidade um novo capítulo da história brasileira, especialmente na transformação da administração pública por meio da gestão democrática. São atores que caminham juntos para atingir o objetivo que têm em comum. Logo, Comunidade Escolar e Conselho Municipal de Educação são partes que inter-relacionam durante essa caminhada.

Compreende-se que o papel do Conselhos Municipais é muito significativo, na medida em que colabora para que haja a participação de pessoas que estejam diretamente ligadas ao cotidiano daquela instituição. Antonio Aparecido Lima (2011) afirma que “Os Conselhos de Educação estão presentes em todas as esferas de governo do Brasil: Federal, Estadual, Distrital e Municipal”.

Cury (2006), afirma que “um conselho é antes de tudo, um órgão voltado para garantir, na sua especificidade, um direito constitucional da cidadania” (CURY, 2006). Na Lei nº 9.394/96, verifica-se o papel do Conselho Nacional de Educação:

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei. (BRASIL,1996) (Art. 9º)

Nesse sentido, considera-se que o Conselho Nacional tem um papel importante na medida que avalia, supervisiona, desenvolve um trabalho permanente. Na Lei nº 4.024, de dezembro de 1961, observa-se a atribuições do Conselho Nacional de Educação:

§ 1º Ao Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, compete:

- a) subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação;
- b) manifestar-se sobre questões que abranjam mais de um nível ou modalidade de ensino;
- c) assessorar o Ministério da Educação e do Desporto no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar os sistemas de ensino, especialmente no que diz respeito à integração dos seus diferentes níveis e modalidades;
- d) emitir parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto;
- e) manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal;
- f) analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidade de ensino;
- g) elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto. (BRASIL, 1961)

Observa-se que o Conselho deve exercer diversas atividades, dentre as quais é importante citar o papel de auxiliar na elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação –PNE, ou seja, o conselho auxilia e avalia se está sendo desenvolvido de acordo com o PNE. Um conselho se bem administrado desempenha um cenário democrático.

A missão do CNE segundo o MEC é “a busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade”. Desse modo, o CNE representa propostas democráticas, de valorização da participação, em busca de uma educação de qualidade.

É relevante destacar que a Lei nº 4.024/61, substitui o CNE pelo Conselho Federal de Educação. Segundo Cury (2006):

A Lei n. 4.024/61, fruto da Constituição de 1946, sob o regime parlamentarista, substituiu o “velho” CNE pelo Conselho Federal de Educação (CFE). Os art. 8 e 9 da Lei n. 4.024/61 transformaram o então Conselho Nacional de Educação em Conselho Federal de Educação. Ela dispunha também sobre a existência de órgãos normativos estaduais sob o nome de Conselhos Estaduais da Educação

Ressalta-se também nesse estudo, a criação e as atribuições dos Conselhos Estaduais de Educação, pois estes são também de extrema importância na educação estadual. Os CEE foram criados na LDB de 1961, com a atribuição referente ao ensino primário, médio e superior nos estados. Sobre os Conselhos Estaduais de Educação Lima (2011) afirma que:

Os Conselhos Estaduais de Educação, sob a égide de uma política de descentralização definida pela primeira LDB (Lei nº 4.024/61), foram criados com o objetivo de orientar a política educacional da Unidade Federativa com tarefa de regulamentar por atos normativos as bases e diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação, com a função de ordenar o Sistema de Ensino em diversos níveis.

As funções do Conselho Estadual de Educação-CEE, estão voltadas para as instituições estaduais de ensino, nesse sentido, esse órgão fiscaliza e “autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário e médio” (BRASIL, 1961) (Art. 16). Segundo a Lei nº 4.024/61, o CEE tem como competência:

§ 2º A autorização e a fiscalização dos estabelecimentos estaduais isolados de ensino superior caberão aos conselhos estaduais de educação na forma da lei estadual respectiva.

Art. 10. Os Conselhos Estaduais de Educação organizados pelas leis estaduais, que se constituírem com membros nomeados pela autoridade competente, incluindo representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular, de notório saber e experiência, em matéria de educação, exercerão as atribuições que esta lei lhes consigna. (BRASIL, 1961)

Por fim, compreende-se que o Conselho Estadual de Educação, contribui de forma importante para o funcionamento das instituições superiores estaduais, escolas de ensino primário e médio nos estados, ressaltando o Art. 16 em que além de reconhece-los deve inspecioná-los.

Além do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de Educação, observa-se a criação do Conselho Municipal de Educação-CME. Conforme a Lei nº 9.394/96, o CME

O Conselho Municipal de Educação, tem contribuições relevantes, “a atuação do CME dentro do município é fundamental. Ele é o órgão que direciona a política educacional do município à luz da Legislação Federal, Estadual e Municipal de Ensino” (CALS, 2012), pois é

através dele que tem-se a participação, fiscalização, normalização. Além disso, da função de regularizar o funcionamento do sistema municipal de educação.

Em relação a criação do CME, considera-se as contribuições de Lima (2011):

A criação e implementação do CME é parte do processo democrático, garantido na Carta Magna de 1988. Expressa a liberdade do homem em sociedade, porém, passível de reflexão, visto que há a liberdade propagada e a liberdade de espírito. A primeira é inerente aos interesses na relação de domínio, a segunda é a verdadeira, presente num processo democrático. [...] O CME tem relevância social no processo democrático pela própria dinâmica social à que está proposto em tese. No entanto, faz-se necessário refletir sobre os obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação.

Como afirma Lima (2011) o “CME é parte do processo democrático”, isso devido as características, as oportunidades de mudança; pois através da participação, através da fiscalização, do comprometimento as mudanças acontecem. O homem que participa sabe das suas próprias necessidades e está preocupado em resolve-las, e assim mudar a realidade que está vivendo.

Segundo Lima (2011):

Os Conselhos criados nos municípios brasileiros são mecanismos de inserção da sociedade nas decisões das políticas públicas municipais. Entre tantos existentes e de relevância, destaca-se o Conselho Municipal de Educação, que cabe orientar o Poder Público Municipal no cumprimento das normas estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e no Plano Municipal de Educação (PME).

Com as contribuições de Lima (2011), compreende-se o importante papel do Conselho Municipal de educação, o qual em conformidade com outros órgãos é parte responsável pela educação municipal. É através do acompanhamento, da verificação que o poder público executa as normas determinadas na Lei nº9.394/96, nos PCN's, nas diretrizes e também no PNE. Por isso, considera-se necessário um estudo para compreender como funcionam os Conselhos Municipais.

Segundo Lima (2011):

O Conselho Municipal de Educação, para atender às determinações da Lei Maior e demais leis infraconstitucionais, deve reunir competências técnicas e representatividade dos diversos setores educacionais, ao nível das unidades escolares, por meio da formação de Conselhos Escolares dos quais participa a Comunidade Escolar. Ao CME cabe a responsabilidade intransferível de sua organização estrutural para adequada atuação, bem como pela capacitação dos próprios Conselheiros.

Como foi citado, os conselhos são formas de participação da comunidade e a criação desses fazem parte dos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação:

- 20. Estimular a colaboração entre as redes e sistemas de ensino municipais, através de apoio técnico a consórcios intermunicipais e colegiados regionais consultivos, quando necessários.
- 21. Estimular a criação de Conselhos Municipais de Educação e apoiar tecnicamente os Municípios que optarem por constituir sistemas municipais de ensino.
- 22. Definir, em cada sistema de ensino, normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade. (BRASIL, 2010)

Pode-se observar que a criação dos Conselhos Municipais de Educação, surge também devido ao regime de colaboração. A meta 21 do PNE aponta que deve-se estimular a criação dos CME nos municípios que decidiram criar seus sistemas municipais de ensino. Para criação do Conselho Municipal de Educação, é necessário propor um projeto de lei à Câmara Municipal, o CME (ou PME) passa por um processo de votação, para então ser aprovado e levado para confirmação do prefeito. Dessa forma, acontece o CME, estabelecido através de lei municipal.

Após, a etapa de aprovação, deve-se então escolher os conselheiros; que podem ser nomeados através de votação ou indicação. Como foi comentado, quando o conselho é bem administrado, proporciona um cenário democrático, portanto os conselheiros têm função fundamental de possibilitar a participação, propiciando para que o Conselho seja um espaço democrático, afinal a descentralização com a criação dos sistemas municipais de ensino foi o início para que a comunidade, os cidadãos pudessem ter uma maior aproximação e poder de decisão.

- 16. Implantar conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação infantil e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos. (BRASIL, 2010)

Considerando o importante papel do Conselho e de outros órgãos para que haja uma educação de qualidade, é que busca-se compreender como se dar o trabalho desses órgãos em consonância, para que os resultados sejam significativos.

Dessa forma, os estudos de entidades como a Secretaria Municipal de Educação, a Prefeitura Municipal de Abaetetuba, o Conselho Municipal de Educação e Sindicato dos

Trabalhadores é fundamental para analisar como estão sendo desenvolvidas as políticas educacionais no município e responder aos questionamentos desse trabalho.

2 O MUNICÍPIO DE ABAETETUBA

2.1. Histórico de Abaetetuba

O Baixo Tocantins abrange uma área de 35.838,92 Km² (Caderno Territorial, 2015) é composta por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé Miri, Moju, Tailândia, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba. As atividades principais desta região estão nas derrubadas e queimadas da vegetação secundária para o cultivo da mandioca e processamento de farinha, e também do cultivo do açaí.

O município de Abaetetuba é integrante da Região do Baixo Tocantins, e está localizada no Estado do Pará as margens do Rio Maratauíra. O município é composto pela sede e pela Vila de Beja; dividido em 3 partes: a cidade, a zona rural de estradas e ramais e região das ilhas. Banhada por 72 ilhas, Abaetetuba é rica em belezas naturais: cachoeira, praias e florestas.

A fundação de Abaetetuba, segundo SOUSA (2009)

[...] inclui-se no amplo processo de colonização da região amazônica, empreendida pelos portugueses, que viram “suas terras” invadidas ou ameaçadas de invasão por franceses, ingleses, holandeses e espanhóis durante os séculos XVI e XVII (SOUSA, 2009, p. 24).

Em 1534, o rei de Portugal, D. João III, cria um sistema de administração territorial as ‘Capitanias Hereditárias’, com o objetivo de evitar as invasões de estrangeiros, na qual o território era dividido em várias partes, sendo administradas geralmente por nobres portugueses. Logo, após as sesmarias, estas com o objetivo de cultivar as terras e explorar recursos naturais.

O português Francisco Azevedo Monteiro, dono de uma sesmaria desde 1712, tendo conseguido essa sesmaria do govenador da Província de Gram-Pará, na época José da Gama Maia (REIS, 1969, p. 31), embarca com sua família em viagem à Amazônia, em 1724. Durante a viagem, enfrenta uma tempestade na baía do Marajó, obrigando-o a mudar a rota.

No dia 8 de dezembro, Francisco Azevedo Monteiro aportar às Margens do Rio Maratauíra, mais especificamente em uma ponta de terra conhecida como Jarumã, segundo a história contada pelo povo abaetetubense. No local ele cumpre a promessa feita, diante do perigo da tempestade, constrói juntamente com alguns moradores das redondezas uma capela

em homenagem a Nossa Senhora de Conceição. Sendo ela a padroeira do município e esse dia consagrado a ela.

Após o ocorrido, Francisco Azevedo comunica o governador da província e acaba ocupando as terras. Após algum tempo, começa a surgir um povoado, pessoas vindas do Marajó, foi então que Francisco Azevedo denominou de ‘Povoado de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté’. Ele tinha o intuito de explorar as terras e se apropriar das riquezas naturais (SOUSA, 2009, p.25). Porém não conseguindo a riqueza que esperava,

Frustrado por não ter encontrado a fortuna que procurava, ele regressou à capital da província, deixando suas terras entregues a escassos moradores: índios, religiosos e colonos. Em seguida, transferiu sua propriedade ao Governo para que fizesse uso dela (SOUSA, 2009, p. 25).

Segundo dados do Plano Municipal de Educação, dentre as pessoas vindas do Marajó, encontrava-se Mariana Brites a qual juntou-se a André Soares Muniz, natural de Beja. E desse relacionamento nasceu uma menina, chamada Tereza. Ela casou-se com Manoel da Silva Raposo, e ele incentivado pela sogra reconstruiu a capela de Nossa Senhora da Conceição.

Com o passar do tempo, o governador da província concedeu a posse da sesmaria a Manoel da Silva Raposo devido aos seus trabalhos em relação ao povoado; os quais realizou com a ajuda do Padre Aluízio Pfeil.

Apostando todas as suas economias e empenho, Manoel Raposo liderou os moradores do lugar na organização do lugar na organização do vilarejo: reconstruiu a antiga capela, alinhou as casas, estabeleceu as ruas e construiu o cemitério. (SOUSA, 2009, p. 26)

. Antes de falecer Manoel da Silva Raposo, doou a sesmaria a igreja, em homenagem a colaboração do Padre Aluízio Pfeil. O povoado, através de pedidos do Padre Pfeil, foi elevado ao nível de freguesia, “sob a égide de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté, subordinada, porém, ao território eclesiástico de Beja” (Plano, 2015, p. 17).

Somente no ano de 1833, ocorreu a divisão judiciária, na qual a vila de Abaeté foi adicionada ao território de Belém, “cuja jurisdição pertencia originalmente” (Plano, 2015, p. 17). Segundo Ferranti (2013) isso contribui para o desenvolvimento do município.

Conforme os dados do Plano Municipal (2015), em 1839, Beja passou também a ser território de Abaeté. E no ano de 1844 através da lei nº Lei nº de 118, de 11 de setembro de 1844, Abaeté e Beja, passaram a ser incluídas no território de Igarapé-Miri.

No ano de 1877, até por volta de 1880, a Vila de Abaeté esteve novamente incluída a capital de Belém, na categoria de freguesia. Somente em março desse último ano, é que Abaeté foi elevada à categoria de Vila, através da Lei provincial nº 973, de 23 de março de 1880, sendo assim desmembrado de Belém. Dessa forma, foi oficializada a criação do município e em janeiro de 1881 e realizada a instalação da primeira Câmara Municipal de Vila de Abaeté.

Em 1895, a Vila de Abaeté é elevada à categoria de cidade, pela lei estadual nº 334, de 06 de julho de 1895, com a nomeação de Abaeté.

A denominação ‘Abaeté’ que teve seu início com Francisco Azevedo Monteiro; foi feita, segundo Reis (1969) devido ao “devotamento e louvor à Virgem, segundo pelo rio que banha parte da cidade ou talvez pela existência de índios existentes na região, denominando com seus nomes” (REIS, 1969, p. 49). O nome é de origem *tupi*, que segundo a tradição, significa “homem forte, valente e prudente”.

Porém, no ano de 1943, a denominação de Abaeté, foi alterada de acordo com a lei nº 4505, de 30 de dezembro de 1943, na qual definiu-se que as denominações de cidades e vilas não poderiam ser iguais. De acordo com Reis (1969) o Decreto dizia:

Não haverá no Estado mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação, devendo ser evitada a utilização de topônimos já usados em outra unidade da Federação. (REIS, 1969, p. 50)

Dessa forma, a mais recente deveria substituir a sua denominação. Com isso, passou-se a chamar-se de Abaetetuba, acrescentando o “Tuba” que também era de origem *tupi*, e significa abundância. Com isso, “poderemos definir o nome de nosso município como ABA=homem + ETE=verdadeiro, ilustre + TUBA=lugar de abundância” (REIS, 1969, p. 50).

Porém, em 1961, o Deputado Wilson Pedrosa Amanaiás, propões um projeto, sendo transformado em Lei que troca o nome para ‘Abaeté do Tocantins’. Somente, em 1963, o município voltou a chamar-se Abaetetuba, devido a outro deputado João Reis, o qual conseguiu através da lei nº 2.837 de julho de 1963, que a Abaetetuba permanecesse com essa denominação.

O município de Abaetetuba é constituído de terras equatoriais, situadas na parte setentrional do Brasil. Limita-se com vários municípios paraenses como: Barcarena, Moju, Igarapé-Miri, Muaná e Pontas de Pedras. É constituído por extensa planície, cortado de rios, furos e igarapés, apresentado um clima equatorial quente e úmido. Caracteriza-se pela elevada

pluviosidade, inexistindo a estação seca, com chuvas entre os meses de janeiro e junho, período invernos, sendo os meses de janeiro e fevereiro os mais chuvosos.

No município de Abaetetuba existem florestas típicas de Várzeas, de igarapés e de terra firme. Nelas encontram-se madeira de lei e outros vegetais úteis. Sua economia está principalmente na exploração do que a natureza oferece ao homem, obtendo das matas e cursos fluviais, os produtos de que precisam. Possui uma linguagem que lhe é próprio

Segundo Machado (2008), a crença popular se faz presente nessa região, fazendo com que alguns fatos sejam considerados como bom ou mau agouro, ou revelações sobre o futuro. Além disso, o artesanato nessa região é produzido utilizando recursos naturais, principalmente da floresta e dos animais. Como exemplo, temos a argila/barro muito usado para produção de utensílios domésticos (potes, vasos, bacias e alguidares).

A cidade também é conhecida como a Capital Mundial do Brinquedo de Miriti, pois um de seus maiores patrimônios é uma fruta mais conhecida pelos Abaetetubenses como “miriti”. Em 2004, foi criado o Festival de Miriti (MIRITIFEST), onde se destaca o artesanato de miriti, criado pelos artesãos do município. O evento cultural (MIRITIFEST) tornou-se o maior evento do Baixo Tocantins. O Brinquedo de Miriti é um dos maiores símbolos do círio de Nazaré em Belém do Pará; através do miriti também é feito diversos tipos de artesanatos, comidas típicas entre outros, sendo também uma das formas de arrecadação de renda dos habitantes da cidade.

A Capital mundial do brinquedo de miriti, tem diversas manifestações culturais dentre eles o mais conhecido “Miritifest”; um evento realizado num determinado período do ano na cidade de Abaetetuba, no qual esse é voltado para a valorização desse artesanato repleto de valores culturais.

Abaetetuba já foi considerada a cidade das bicicletas, antigamente era muito algo muito raro encontrar ônibus ou carro pela cidade. Logo, a bicicleta era o meio de transporte mais utilizado pela população abaetetubense. Inclusive, foi considerada como um meio de obter renda, através das “taxicletas”. Com a bicicleta, os chamados “taxiclistas” levavam as pessoas a qualquer parte da cidade. Atualmente esse cenário mudou, hoje Abaetetuba tem um número mais elevado de motos, e a bicicleta é menos utilizada pelos moradores dessa cidade.

O município é tem uma beleza natural, cercado de ilhas, ramais, igarapés, balneários, cachoeiras, praias etc, Abaetetuba tem Área territorial 1.610,651 km², e uma população de 156.292 pessoas (IBGE, 2018).

2.2. Os Percursos da Pesquisa

No ano de 2016 surge uma oportunidade muito significativa durante a caminhada acadêmica, surge a proposta de bolsa de Iniciação científica. Participei de uma avaliação, fui entrevistada e selecionada para ser bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, este tendo como professor orientador o Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza. Com isso, passei a ser integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais no Baixo Tocantins - GEPEBATO, o qual tem objetivo “compreender como está sendo organizado o ensino nessa região do Baixo Tocantins”.

O Baixo Tocantins como já foi citado, é composto por 11 municípios, e o grupo de pesquisa GEPEBATO tem como foco entender as políticas educacionais e a organização do ensino nestes municípios, sendo que a cidade de Abaetetuba foi a primeira a ser objeto de pesquisa desse Grupo.

A pesquisa, realizada na cidade de Abaetetuba tem um percurso inicial no grupo de pesquisa GEPEBATO, com estudos de textos e discursões. De acordo com o Plano de Trabalho PIBIC, fomos em busca de dados históricos sobre o sistema de ensino e a sua construção até chegar aos dias atuais. Realizamos estudos de textos, logo depois realizei as análises de documentos que foram obtidos com entidades das instituições do município de Abaetetuba, sendo este o Plano Municipal de Educação. A análise do Plano foi uma parte intrigante pois ali se encontravam as metas e os objetivos traçados pelo setor educacional no período de 2015-2020.

Os estudos de diferentes abordagens científicas, teorias produzidas por diversos pesquisadores, análises das inquietações, assim como métodos e as relações destes com a educação, permitem-nos um olhar mais atento para o problema da pesquisa, e o mais extremo cuidado na escolha metodológica, na proposta de adequação de um método eficiente, levando a resultados satisfatórios, os quais possam facilitar na investigação e na compreensão de perguntas e respostas de questões inerentes a pesquisa.

Dessa forma, o encaminhamento metodológico é de aspecto epistemológico, e com o intuito de obter resultados precisos e um olhar rigoroso e detalhado optou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa, por acreditar que essa irá permitir uma investigação minuciosa do objeto de estudo. A pesquisa é necessariamente do tipo qualitativa, pois trata-se de questões voltadas a “uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para

extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto” (CHIZZOTI, 2003, p;02). Segundo CHIZZOTI (1995):

a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo do conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (p;79)

Considerando a relevância da pesquisa qualitativa, optei por acreditar que essa abordagem possibilita maior aproximação do objeto a ser pesquisado além, de proporcionar uma maior participação para que possamos ser capazes de propor soluções para determinado problema.

Na pesquisa qualitativa adota-se “multimétodos de investigação para estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre[...], procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles” (CHIZZOTI, 2003, p. 02). Nesse sentido, utilizou-se alguns métodos de investigação que são fundamentais na construção e posteriormente na análise de dados desse estudo.

É importante destacar a necessidade de um embasamento teórico para entender como deu-se início a construção do sistema de ensino até chegar nos dias atuais. Portanto os estudos em relação a sistema de ensino, plano de ensino, e a constituição dos mesmos, contribuiu para uma melhor interpretação do que foi observado na pesquisa. Durante a pesquisa foi feita a identificação das fontes capazes de fornecer as respostas adequadas para a compreensão do problema proposto. Sendo utilizado como base as concepções de vários autores como Dermeval Saviani, Diva Chaves Sarmento, Maria Luisa Santos Ribeiro, entre outros que foram indispensáveis para a elaboração desse trabalho.

O desejo de estudar as políticas educacionais surgiu com objetivo de mostrar como estão sendo aplicadas as relações entre Estado e Sociedade, e os conflitos e consequências da busca por uma educação de qualidade, por um reconhecimento da educação como direito e pela organização da mesma. Consequentemente, a proposta desse estudo é compreender de que forma estão sendo executadas ou não as políticas educacionais do município de Abaetetuba-Pa. Afinal, será que essas políticas estão sendo aplicadas e reconhecidas pela sociedade abaetetubense.

O município de Abaetetuba possui 156.292 habitantes (IBGE, 2018) e apresenta o número de 26.935 (IBGE, 2018) matrículas no ensino fundamental, 7.544 (IBGE, 2018) matrículas no ensino médio, isso considerando cerca de 1.204 docentes no ensino fundamental e 547 docentes no ensino médio. Diante desse número significativo de educandos, compreende-se a importância da aplicabilidade de políticas públicas educacionais, garantindo dessa forma os direitos dessa população.

Ressalta-se que a realização da pesquisa no Baixo Tocantins não foi uma tarefa fácil, embora residindo em Abaetetuba desde o nascimento, foi necessário um olhar mais aprofundado, para compreender de forma mais minuciosa as questões educacionais do município, evidenciando a relevância dessa análise para minha formação e por fazer parte de minha história de vida.

Ao iniciar o desenvolvimento da pesquisa no município de Abaetetuba, percebi que haveria que enfrentar algumas situações decorrentes a visita as instituições públicas, visto que não é fácil encontrar os representantes devido suas agendas de eventos. Contudo, essas problemáticas me fizeram perceber da necessidade de desenvolver esse trabalho nesse município. Além da busca por fontes bibliográficas as quais são necessárias e indispensáveis, é importante o contato, as observações e entrevista.

Para a realização das entrevistas, foi necessário organizar dias e horários para a preparação dos ofícios para serem encaminhados até as instituições públicas. E de acordo com a temática, nesse caso voltado para questões das políticas educacionais, foram designados os órgãos, os quais seriam realizadas as entrevistas. Com isso, foram selecionados órgãos como a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC- presidente), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Pará (SINTEP-presidente), o Conselho Municipal de Educação (CME-Presidente) e a Prefeitura Municipal de Abaetetuba (PMA-prefeito), pela importância que os mesmos exercem na organização dos sistemas educacionais. Dessa forma, desenvolveu-se a pesquisa; através de entrevistas, levantamentos bibliográficos e análises de dados, de acordo com os objetivos da pesquisa. Os órgãos foram entrevistados de acordo com as disponibilidades, mesmo diante de muitos impasses e adversidades foram realizadas algumas das entrevistas.

Em visita à Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba-SEMEC (dia 04 de fevereiro de 2019), antes de explicitar como aconteceu o contato com a secretária de educação, destaco que o órgão tem um prédio próprio localizado na Av. Pedro Rodrigues, nº 700 – Bairro Centro, o qual atende através de diversos setores as demandas educacionais do município. Ao

chegar no local direcionei-me a recepção da secretária e expliquei para o responsável pela protocolização de documentos, os objetivos desse estudo. Logo após, o mesmo protocolou o ofício e solicitou-me que retornasse na outra semana, pois a secretária estava muito atarefada com a lotação dos funcionários do município. Após alguns dias (27 de fevereiro), retornei a SEMEC com o documento protocolado para ter informações e uma possível resposta da secretária de educação. No entanto, fui informada pelo responsável que o ofício tinha sido encaminhado a diretoria de ensino, contudo, não tive respostas, solicitando assim que eu retornasse após o carnaval.

A segunda visita foi realizada (dia 25 de março de 2019) no Sindicato dos Trabalhadores-SINTEPP. É importante salientar que o órgão fica localizado na Rua R. Primeiro de Maio, nº 2017 - São Lourenço, o prédio foi reconstruído recentemente e considera-se um espaço agradável, para o presidente do órgão o espaço é uma conquista significativa. No entanto, no primeiro contato só conversei com a secretária do presidente, esclareci o foco do estudo e realizei a entrega do ofício e meu número de telefone para que a mesma entrasse em contato para o agendamento a entrevista.

No mesmo dia dirigir-me ao Conselho Municipal de Educação, localizado na Rua Lauro Sodré no município de Abaetetuba. É significativo evidenciar que o mesmo possui um prédio próprio e está bem localizado. Desse modo, entreguei o ofício, logo fui encaminhada para conversar com a Secretária Executiva do CME, a qual comunicou que não poderia ser realizada a entrevista com o presidente do Conselho, devido ao término de sua gestão, porém declarei que não haveria problemas afinal eram questões que o presidente poderia responder, contudo a secretária insistiu que não seria possível realizar a entrevista com o mesmo. Além disso, afirmou que o ofício estava direcionado ao Conselho Municipal de Educação, e que desse modo, o diálogo poderia ser realizado com ela, já que a mesma representa o órgão depois do presidente. Mostrou-se disposta a realizar a entrevista, desde que agendássemos um dia em que a mesma tivesse mais disponibilidade. Como não tive oportunidade de entrar em contato com o presidente do CME, concordei com a proposta de entrevistar a Secretária Executiva. A secretária informou seu número de telefone para que pudesse entrar em contato e assim que fosse possível ela realizaria a entrevista.

Posteriormente, retornei à secretaria de educação, mais precisamente no dia 19 de março, com a esperança de ter alguma resposta da secretária de educação, entretanto quando pedi informações, ao responsável no atendimento do protocolo, disse-me que precisava

verificar se o documento foi encaminhado para a secretaria de ensino. Então, fui direcionada até a sala, na qual falei com outras funcionárias da SEMEC, ao perguntar pelo documento apresentei a segunda via protocolada do ofício, umas das funcionárias afirmou “já vi esse papel por aqui, só não sei onde se encontra”. Solicitou para tirar uma cópia do ofício e recomendou que eu voltasse na próxima semana.

As dificuldades, são perceptíveis desde o início da pesquisa, o município de Abaetetuba desenvolveu-se muito ao longo dos anos, o número da população é alto, e o município é considerado o 7º mais populoso do estado, dessa forma, considera-se o trabalho desses órgãos é bastante intenso e requer uma organização, por isso também os impedimentos e a falta de disponibilidade para o desenvolvimento da pesquisa e das entrevistas. Contudo, a persistência para obtenção dos dados prosseguiu-se.

Aguardei durante alguns dias a ligação da secretária do presidente do sindicato, porém ela não ligou. Não tendo respostas de nenhum dos órgãos, decidir voltar até as instituições no dia 03 de abril. Me direcionei primeiramente ao SINTEPP, conseguir dessa vez conversar diretamente com o presidente, em nossa conversa marcamos o dia da entrevista para 08 de abril de 2019.

Retornei a SEMEC, o rapaz do protocolo me direcionou a secretaria de ensino, novamente apresentei o ofício protocolado e perguntei sobre a resposta da secretária porém, a senhora que me atendeu novamente não lembrava onde estava o ofício que eu entreguei, disse que já havia visto o documento só não lembrava onde. Contudo, dessa vez, ela me encaminhou a sala da secretária de educação, fiquei aguardando em frente a porta e depois de alguns minutos, a responsável por organizar a agenda da secretária me atendeu, expliquei novamente os objetivos da pesquisa e a mesma verificou meu ofício, tirou uma cópia e anotou meu telefone. Informou que ligaria no mesmo dia ou responderia pelo whatsapp, de acordo com a disponibilidade da secretária de educação. Então agradei, fiquei aguardando e infelizmente não tive respostas.

Me reportei a secretária do Conselho Municipal de Educação, realizei a ligação, conversei com a mesma pelo telefone e disse-me que estava em uma reunião em Belém. Nesse caso, solicitou-me que levasse as perguntas da entrevista para que ela respondesse, pois ela estava sem muito tempo disponível para realizar o diálogo comigo. Salientou também, que nós iríamos realizar o diálogo posteriormente. Sendo assim, no dia combinado (08 de abril) fui fazer

a entrega do questionário de perguntas, e a responsável do protocolo entregou para a secretária e pediu para que retornasse a instituição para buscar as repostas após o feriado da semana santa.

No dia 08 de abril de 2019, fui recebida pelo Presidente do SINTEPP, onde expliquei os objetivos de minha pesquisa e ele considerou muito importante. Como compreende-se todos esses órgãos tem muitas atividades no decorrer da semana. Nesse dia, apesar de termos agendado a entrevista surgiu um imprevisto e o presidente pediu para que eu aguardasse ele durante 30 minutos, pois ele precisava sair para resolver uma questão referente ao órgão. Compreendi a necessidade, e fiquei aguardando seu retorno.

No horário combinado o presidente retornou e então começamos a entrevista, ele mostrou-se comprometido e respondeu a todas as perguntas de forma clara e explicitou as diversas conquistas dos órgãos até os dias atuais. A entrevista durou cerca de 32 minutos e foi extremamente relevante. Depois da entrevista fiz o agradecimento ao presidente, ressaltai a importância daquele diálogo e da luta da classe trabalhadora, afinal durante toda a entrevista o presidente destacou em sua fala que as ações do SINTEPP estavam muito direcionadas a essa questão.

No dia combinado (27 de abril de 2019), estive no CME, para receber as respostas das perguntas, afinal era o dia combinado pela secretaria executiva do órgão; porém nesse dia houve paralização nacional e o órgão estava fechado. Com isso, fui a SEMEC, lá o funcionamento estava normal; logo fui solicitada para entrar na sala da secretária, sua assistente (como uma 2ª secretária) me atendeu, perguntei a respeito da possibilidade de realização da entrevista, já que não tive respostas dela. Então, informou-me que não havia esquecido da entrevista e que o ofício estava em cima da mesa da secretária. Esclareceu que a secretária não estava e me confirmou que ela estaria às 16h na secretaria como estava programado. Assim que a assistente, tivesse oportunidade conversaria com a mesma para marcar para o dia a entrevista. Afirmou que entraria em contato comigo assim que conversasse com a secretária. Aguardei seu contato, porém ela não me ligou.

Contudo, depois de idas e vindas, no dia 13 de maio de 2019, fui recebida pela Secretária de Educação, licenciada plena em pedagogia, onde expliquei os objetivos de minha pesquisa e a significância da mesma para a educação de nosso município. A secretária me informou que tinha muitos anos à frente desse trabalho e destacou as conquistas do órgão, além das parcerias e da relação com as instituições de ensino, entre outros que serão apresentados no decorrer desse estudo.

Realizei a visita também na prefeitura municipal de Abaetetuba, localizada na Rua Siqueira Mendes, Bairro Centro, órgão este que detém um importante papel, afinal é de fundamental importância ouvir uma das maiores autoridades do município, e compreender seus objetivos acerca das questões educacionais do município. Todavia, não foi possível conseguir a realização da entrevista com o prefeito, uma vez que está sempre com a agenda cheia de compromissos. Com isso, mesmo depois de muitas visitas ao órgão, não conseguir realizar o diálogo com o prefeito.

Diante do exposto, considerou-se a relevância e a necessidade da realização das entrevistas e também da análise de dados, apesar dos impedimentos e contratempos não pode-se deixar de salientar que todas as técnicas utilizadas na pesquisa são extremamente fundamentais. Na medida em que realizava as entrevistas, percebi ainda mais a significância desse estudo.

3 DESAFIOS E AVANÇOS: A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO EM ABAETETUBA

Para compreender a organização do Sistema de Ensino de Abaetetuba, e como estão sendo implementadas as políticas educacionais, houve a necessidade de realizar a análise das entrevistas dos seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Educação (SEMEC-secretária), Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Pará (SINTEPP-presidente), Conselho Municipal de Educação (CME-Presidente) e a Prefeitura Municipal de Abaetetuba (PMA-prefeito); além do estudo do Plano Municipal de Educação, o qual foi aprovado desde 2015.

O sistema de ensino do município de Abaetetuba de forma geral atende ao ensino infantil, ensino fundamental, educação especial e também educação de jovens e adultos-EJA. O ensino médio fica por responsabilidade do estado, seu funcionamento acontece na zona urbana e na zona rural, também destaca-se a necessidade de cuidados, principalmente em relação a educação na zona rural que acontece geralmente no regime modular com o SOME, muitas vezes com ausência de professores. Porém, nesse estudo será contemplado as escolas por dependência administrativa de ensino fundamental municipal. Sendo assim, considera-se necessário observar o quadro abaixo, para compreender as escolas por dependência municipal.

TABELA 12: Escolas por Dependência Administrativa - Ensino Fundamental

Nº DE ESCOLAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - ENSINO FUNDAMENTAL				
	TOTAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA
2010	182	155	16	13
2011	187	160	16	13
2012	186	160	16	12
2013	188	162	17	11
2014	189	163	17	11

Fonte: IBGE/2010

O quadro mostra que existe um número significativo de escolas no município para atender o ensino fundamental, e ainda observa-se que o aumento tem sido de no máximo 10 escolas, no período 2010 a 2012, segundo fontes do IBGE (2010).

No PME do município de Abaetetuba, pode-se observar uma certa preocupação com as diversas realidades das crianças dentro de um mesmo município e que considera-se relevante a existência de políticas que as favoreçam

O município de Abaetetuba-Pa apresenta de acordo com sua característica demográfica, econômica e social, realidades distintas, com infâncias diversificadas, onde cada contexto oferece às crianças oportunidades que contribuem para que as mesmas vivenciem culturas, hábitos e valores diferenciados. Todavia, é preciso que haja políticas afirmativas que favoreçam estas diferentes infâncias.

Dessa forma, foi fundamental a análise deste documento, para que fosse possível compreender como estão sendo desenvolvidas e aplicadas política educacionais que favoreçam a todas as pessoas.

3.1. A Construção do Plano Municipal de Abaetetuba

O Plano Municipal de Educação de Abaetetuba teve vários processos antes de sua aprovação. Analisando o documento a **I Conferência Municipal de Educação** que deliberou a construção do Plano Municipal de Educação, aconteceu nos dias 25 e 26 de agosto de 2009. A conferência foi realizada pela Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, a sociedade civil organizada, órgãos e entidades ligadas à educação, sendo que esta vinha oportunizar as ações educacionais no município num período de dez anos, ao início no ano de 2012 ao término no ano de 2021.

Nessa I Conferência foi formada uma Comissão Executiva para a estruturação do Plano, sendo que este deveria seguir as diretrizes do Plano Nacional de Educação Lei 10.172/2001 e também as exigências da LDB Nº 9394/96. A Comissão foi formada pelas seguintes entidades: Secretaria Municipal de Educação-SEMEC, Conselho Municipal de Educação-CME, Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, Conselho de Direitos das Crianças e Adolescentes-CMDCA, Câmara Municipal de Abaetetuba, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Fórum de Educação do Campo, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará- SINTEPP subsele de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará-UFPA, Instituto Federal do Pará-IFPA, Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba-AMIA, Diocese de Abaetetuba e Pastoral do Menor.

Nos anos de 2010 e 2011, foram feitas várias reuniões, mais precisamente 19 discursões, as quais tinham como “*o objetivo de discutir e elaborar o diagnóstico para o Plano Municipal de Educação de Abaetetuba*” (Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, pág.11).

No ano de 2013 o município de Abaetetuba teve a II Conferência Municipal de Educação realizada pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de

Educação, o evento teve um número significativo de aproximadamente 500 pessoas. Foi realizados nos dias 11 e 12 de junho e teve como tema:

“As políticas Públicas Educacionais em suas articulações com o Sistema e o Plano Municipal de Educação” o objetivo foi discutir propostas para serem levadas à Conferência Regional que aconteceu em Cametá. Nesse evento foi instituído o Fórum Municipal de Educação, constituído com a representação de 35 entidades do território municipal”. (Plano Municipal de Educação, pág. 11)

No ano de 2014, a SEMEC indicou como Técnicas Multiplicadoras duas professoras que participaram de encontros e receberam orientações das Avaliadoras Educacionais da Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino-SASE. As avaliadoras recomendavam que o Plano Municipal de Educação deveria ser alinhado ao Plano Nacional de Educação, pois estava sendo estabelecido no PLC Nº 103/2012, que mesmo ainda não aprovado, deveria servir como diretriz para a construção do PME e do PEE. Seguindo as premissas: Plano para o território; Todos os níveis, etapas e modalidades; Intersetorialidade; Diagnóstico como base; Articulação com outros instrumentos de planejamento; Legitimidade.

Em reunião com a Diretora de Ensino e o Secretário Municipal de Educação, as Técnicas Multiplicadoras, apresentaram os nortes recebidos para os devidos esclarecimentos que o PME deveria passar a ter caráter territorial, o que implica “que não bastava transformar em projeto de lei a minuta que havia sido construída com a participação da sociedade civil no período 2009 a 2011, mas que deveria ser alinhada ao Plano Nacional de Educação” (Plano Municipal de Educação, pág. 12).

Em 2014, foram apresentadas as Técnicas Multiplicadoras as orientações do SASE e constituída uma comissão para formação do PME. É necessário destacar que esta comissão analisou documento já preparado nas Conferências, fez coleta de dados entre outros procedimentos, juntamente com profissionais vinculados a educação prepararam o texto base, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação. A partir de então, o documento foi encaminhado, as escolas e também as entidades para ser analisado pela comunidade em geral.

Durante o mesmo período foi realizado quatro Pré Conferências com 3 profissionais de cada escola e representantes da sociedade civil, sendo organizadas de acordo com a divisão territorial cidade, ilhas, estradas e ramais e escolas estaduais.

A III Conferência Municipal de Educação, foi realizada nos dias 08 e 09 de junho de 2015, a qual tinha como tema **“Planejando a próxima década”**, segundo o Plano Municipal

de Educação de Abaetetuba, participaram da conferência aproximadamente 250 pessoas, que avaliaram e votaram pela aprovação das metas e estratégias do PME.(Plano Municipal de Educação, pág. 12).

Sendo assim,

Evidencia-se que em todo este árduo processo de construção de adequação e aprovação deste plano, o envolvimento da sociedade na sua construção foi muito importante, pois garante a sua legitimidade e assegura o sentimento de responsabilidade de análise por todos os envolvidos, isto é, a sociedade ao planejar fica mais forte e sábia para cobrar. Portanto, o PME não consiste num plano governamental, mas um plano de sociedade que deve ser considerado e executado por todos os que governarem o nosso município em seu período do decênio 2015 a 2025. (Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, pág. 12).

Dessa forma, percebemos que os percursos do PME foram feitos através de várias reuniões e 3 Conferências, sendo significativo citar que este foi alinhado ao Plano Nacional de Educação.

Em conformidade com o PME, o município de Abaetetuba possui ensino público e privado para atender alunos da educação básica e nível superior. As instituições de nível superior pública são: Instituto Federal de Educação e a Universidade Federal do Pará e as privadas são: FAIBRA- Faculdade Integrada do Brasil, Faculdade Montenegro, Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia-FAM.

Segundo dados do IBGE, o número maior de escolas são as de Ensino Fundamental, seguindo da Educação Infantil e em terceiro lugar o Ensino Médio. Além disso, as matrículas se destacam em maior número no Ensino Fundamental, posteriormente no Ensino Médio e por último na Educação Infantil. Os docentes também se destacam em maior quantidade no Ensino Fundamental.

Logo, o número maior é no nível fundamental, com isso, considera-se um certo grau elevado de responsabilidade do município para com o Ensino Fundamental. Isso não significa que os demais níveis não devem ter atenção, mais os olhares devem estar extremamente cuidadosos com todos os níveis.

Ao realizar a leitura do PME, observa-se que as metas estabelecidas para a Educação infantil é universalizar e ampliar a oferta de educação infantil em creches para atender crianças de três anos, isso até o ano de 2016. Nesse sentido, convém comentar que estamos no ano de 2019 e que apesar das metas, ainda existem poucas creches no município. Existe um total de 4

creches em Abaetetuba, 1 no bairro de Francilândia, 1 no condomínio Gren Gouver, 1 no bairro de São Sebastião e 1 no bairro Santa Clara . Evidencia-se ainda, que no bairro do Algodoal, não existem creches e infelizmente muitos pais, acabam dormindo na frente da única escola de educação infantil do bairro para conseguir matricular seus filhos, isso considerando salas super lotadas e o limite de idade é de 3 anos completos para atender as crianças.

Com isso, é fundamental analisar o demonstrativo que contém no PME, referente ao número de escolas que ofertam Educação Infantil e Ensino Fundamental.

TABELA 4: Demonstrativo do Número de Escolas que ofertam Educação Infantil e Ensino Fundamental – Ano de 2014.

ESCOLAS	EDUCAÇÃO INFANTIL	EDUCAÇÃO INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL.	TOTAL
CIDADE	08	17	25
ESTRADAS E RAMAIS	02	43	45
ILHAS	----	80	80
TOTAL	10	140	150

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Reflete-se com isso, que ainda faltam investimentos na construção de novas creches e escolas de educação infantil no município, projetos para construção de creches que contemplem também a construção de novas escolas e creches na região das ilhas e estradas.

Com isso, na leitura do PME, foi possível compreender que existe a preocupação em relação a infraestrutura, no seguinte trecho

Quanto à infraestrutura, observam-se avanços no que se diz respeito à construção de creches, reforma e ampliação de espaços para atendimento da educação infantil, porém o município ainda precisa atingir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, com a adequação e implantação de novos espaços pedagógicos nas unidades escolares para um melhor atendimento. (Plano Municipal de Educação, 2015)

Logo, compreende-se nessa reflexão que é necessário, que o município se adeque ainda em relação a questão das creches, para atingir as metas do Plano Nacional de Educação.

A educação infantil, conforme o PME, teve início no município de Abaetetuba em 1972 nos principais bairros da cidade, com a implantação do projeto Casulo em parceria com a Legião Brasileira de Assistência – LBA. Somente em 1993 com o projeto Creche-Manutenção deu início na região das ilhas, sendo coordenada pela Associação dos Moradores das Ilhas – AMIA em convênio com a LBA.

O município de Abaetetuba de acordo com o censo demográfico de 2010 referente a educação contava com 10.385 crianças até 3 anos e 8.336 crianças de 4 a 6 anos, tendo um total de 18.721 crianças na Educação Infantil.

Segundo dados do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba, a principal meta do Ensino Fundamental é “universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME” [...]. Fomentando a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)”.

Nesse último aspecto tratando-se da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, é uma proposta estreitamente ligada ao que Gadotti (2013) afirma sobre uma educação de qualidade

Qualidade significa melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas. Na educação a qualidade está ligada diretamente ao bem viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim. Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela.

Dessa forma, compreende-se que a qualidade não deve ser pensada somente dentro da escola, mais também ao entorno da escola, a qualidade precisa estar presente na vida das pessoas, que compõem toda a comunidade escolar. Considera-se que muitos pontos ainda precisam melhorar para termos uma educação de qualidade no município de Abaetetuba.

Vale ressaltar ainda, que no ano de 1998, Abaetetuba através do processo parcial de Municipalização do Ensino, a Secretaria Estadual do Estado do Pará (SEDUC/PA), passou efetivamente para a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) o gerenciamento das Etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais) regular e na modalidade EJA, bem como, algumas escolas estaduais (Dr. Vicente Maués, Governador Magalhães Barata, Cônego Luís Varela, Maximiano Antônio Rodrigues), que atendiam estes níveis de ensino. Destacando que o Estado ficou com os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio (PME, 2015).

Sendo assim, a Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba em conformidade com o Regimento Unificado das Escolas da Rede Municipal aprovado em 19/11/2009 pelo CEE, é

responsável pelo Ensino Fundamental iniciais 1º ao 5º ano. De acordo com a aprovação da Lei nº. 11.274/2006, a qual amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração e determinavam que até 2010, todas as escolas de Ensino Fundamental assegurassem o ingresso das crianças a partir dos seis anos de idade; e também da Resolução nº. 01/2010CEE/PA.

Segundo o Plano Municipal de Educação, o município de Abaetetuba realizou a implantação do Ensino Fundamental de nove anos em 2007, nas escolas municipais e conveniadas da área urbana e apenas no ano de 2010 nas escolas municipais do campo, concluindo assim 100% do atendimento nessa nova faixa etária.

Tabela 3: Implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos na Zona do Campo de ABAETETUBA.

IMPLANTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL/9 NA ZONA DO CAMPO DE ABAETETUBA – ILHAS, ESTRADAS E RAMAIS.			
2010	2011	2012	2013
1º ANO	1º ANO	1º ANO	1º ANO
2º ANO	2º ANO	2º ANO	2º ANO
2ª SÉRIE	3º ANO	3º ANO	3º ANO
3ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4º ANO	4º ANO
4ª SÉRIE	4ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5º ANO

FONTE: Plano Municipal de Educação de Abaetetuba

Conforme o PME, estas mudanças ocasionaram uma enorme dedicação da Prefeitura e da SEMEC, o qual “elaborou um novo Regimento Interno para as escolas municipais e conveniadas sendo aprovado pelo CEE/Pa Resolução Nº 525/2008”. Nesse regime havia

uma proposta de implantação para o ensino de nove anos e subsídios de orientação e formação continuada para todos os professores da rede, a fim de garantir a reorganização administrativa e pedagógica adequada nas escolas, e assim permitir que esta implantação ocorresse gradativamente nas séries do Ensino Fundamental de oito anos, vale ressaltar, que na Cidade a implantação do Ensino Fundamental de nove anos foi concluída em 2011 (Plano Municipal, 2015).

É interessante observar que o regimento traz a proposta de garantir a reorganização administrativa e pedagógica adequada nas escolas, propostas fundamentais para mudanças significativas na educação abaetetubense, porém infelizmente não tivemos acesso ao regimento.

Durante a entrevista com a secretária sobre os projetos educativos na SEMEC, destaca-se em sua fala:

Nós temos e até lançamos semana passada no dia 7, o nosso plano de formação continuada, inclusive tivemos uma professora, a professora patrícia fazendo uma palestra junto aos nossos gestores e coordenadores, então nós temos esses planos [...]. (Secretária de Educação)

Durante a entrevista com a mesma, afirmou que a secretaria tem procurado e tem avançado muito dentro da educação. A secretária também comentou sobre o processo de busca ativa escolar, esse tem um papel significativo, pois funciona de maneira que vai buscar crianças e adolescentes que estão fora da escola, que não foram matriculados na tentativa de trazê-los para dentro das instituições públicas de ensino. Em pesquisa verificou-se a existência de uma plataforma, na qual foi possível compreender que a Busca ativa tem a intenção de

[...] apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados terão dados concretos que possibilitarão planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a inclusão escolar (SITE BUSCA ATIVA)

Nesse sentido, considera-se uma proposta extremamente significativa, na medida que vai em busca desses alunos e procura oferecer melhores condições para a inclusão escolar.

3.2. A organização do Ensino no Município de Abaetetuba

A administração da Secretária de Educação do município de Abaetetuba, acontece de maneira político partidária. Com isso, geralmente com o fim do mandato, outro (a) secretário (a) assume a direção da SEMEC. Além da direção, outros cargos da secretaria também são ocupados da mesma forma. Contudo, sabe-se da importância da escolha dos secretários (as) de educação suceder-se através de votação, em um modelo de democracia participativa, onde a sociedade participe da decisão. No entanto, o que ocorre é a indicação, um secretário assume a secretaria durante quatro anos e depois é substituído por outro. Consequentemente, existem pontos negativos nesse sentido, pois muitas vezes os trabalhos e os projetos tendo início em uma gestão pode ou não dar-se continuidade na outra.

A indicação dos secretários (as) no município, em geral sucedem determinadas pelo grau de experiência na educação, o que pode-se observar na atual secretária, pois a mesma afirmou que é pedagoga, tem habilitação e orientação educacional administração educacional, além, de ser especialista em alfabetização e em educação especial. Logo, convém ressaltar que

mesmo sendo um cargo indicado, existe uma preocupação com o fato de se ter conhecimento da educação e dos obstáculos deste município.

A Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba, possui prédio próprio bem localizado, tem um espaço amplo, seu funcionamento discorre de acordo com o Plano Municipal de Educação, e está atualmente sob a gestão da Sr.^a Maria do Socorro Figueiró Guimarães. Percebe-se a adequação ao Plano quando a mesma comenta a respeito da formação continuada para todos os professores, gestores e coordenadores.

Nós procuramos fazer de forma inter setorial esse planejamento junto aos professores, esse acompanhamento, essa formação continuada que é uma exigência do nosso Plano Municipal de Educação. (Secretária de Educação)

Diante da fala da entrevistada compreende-se também que a secretaria está promovendo formações, acompanhamentos nas modalidades: educação infantil, ensino fundamental, educação no campo, EJA e educação especial. Afirmou ainda, que recentemente foi lançado o plano de formação continuada.

É preciso destacar a significância da qualificação dos profissionais, pois conseqüentemente uma boa formação reflete tanto nas práticas do professor, quanto na aprendizagem do aluno.

Outro ponto significativo da gestão, foi quando conversamos a respeito do Plano Municipal de Educação e em relação ao cumprimento das metas existentes no mesmo. A secretária afirmou:

Acredito que sim, porque a gente tem avançado muito dentro da educação do nosso município; e dentro do plano de governo estar a alcançar as metas do plano. Então hoje nós temos já o processo de busca ativa escolar, que é justamente ir atrás daqueles alunos que ainda infelizmente não estão na escola, então hoje a gente tem essa equipe atuando dentro do município [...]. (Secretária de Educação)

De acordo com a afirmação da entrevistada, reporta-se ao Plano Municipal de Educação do município, pode-se destacar o Art. 2º as duas primeiras metas: I-Eradicação do analfabetismo, e a II-Universalização do atendimento escolar. Logo, considera-se relevante a proposta da gestão, sendo algo importantíssimo.

Destacou-se ainda a continuação da fala da secretária em relação as conquistas da instituição, disse:

[...] Nós temos o nosso plano de carreira, remuneração profissional do magistério. Hoje o município tem a hora atividade [...] o piso salarial, as reformas das escolas, então assim, aquelas metas hoje nós temos os nossos planos de formação continuada e o processo de autorização, então a gente busca colocar em prática o que o plano municipal nos coloca. (Secretária de Educação)

Com isso, ao analisar a fala da secretária percebeu-se que a mesma expõe que as metas do plano estão sendo asseguradas, e considera-se fundamentais principalmente pela valorização do professor e pela busca na realização de projetos para buscar esse aluno para dentro da escola.

Contudo, ao dialogarmos com o presidente do SINTEPP, sobre as conquistas, afirmou que quando o órgão iniciou como associação a primeira conquista, foi assegurar que todos os professores do estado pudessem receber o salário mínimo; além disso, conseguiram aprovar o estatuto do magistério no estado. No município os avanços foram: em 2014, a aprovação do regime Jurídico Único (Unificando todos os servidores da educação docente e não-docentes, com algumas vantagens); e a implementação da hora atividade (em agosto de 2018). O entrevistado considera como grandes conquistas, visto que estes foram adquiridos através de lutas, movimentos, paralisações e greves, afinal muitos municípios ainda não conseguiram garantir esses direitos.

Convém ressaltar, que apesar de estar garantido no Plano Municipal de Educação, como afirma a secretária de educação, os avanços como o piso salarial e a implementação da hora atividade, foram conquistados através de lutas e greves, como destaca o representante do SINTEPP.

Entendemos como uma grande vitória neste município para a rede municipal, a implementação da hora atividade que isso está em lei, mas pouco lugares desse país, e são poucos os municípios desse país que asseguram, que cumprem essa lei. Na nossa região do Baixo Tocantins são 9 municípios, e somente Tailândia, tinha assegurado isso, agora nós em Abaetetuba conseguimos. Foi uma batalha muito grande, mais conseguimos assegurar a implementação da hora atividade [...] (Presidente do SINTEPP)

Em relação a hora atividade, afirma que é bom para o profissional da educação, pois nesse momento “ele não está com o aluno, no entanto está planejando, organizando-se, se estruturando para fazer seu trabalho com seus alunos”. Sendo que os estudantes não ficam sem aulas, pois estão com outros profissionais desenvolvendo outras atividades.

Nota-se que todas essas conquistas são fundamentais, contudo esses avanços foram obtidos através de muitas manifestações dos professores no município, paralisações e até

greves. Algumas das reivindicações dos professores foram atendidas, porém ainda há muito a se alcançar.

Como explicitado no capítulo anterior deste estudo, infelizmente não tivemos contato com o presidente do Conselho Municipal de Educação, apenas com a secretária executiva, sendo esta a próxima representação, respondendo pelo órgão depois do presidente. A princípio acreditei que ela responderia as perguntas do questionário, porém a mesma apenas me entregou a cópia da Lei Nº 95/96 de 05 de julho de 1996, a qual institui as normas para o funcionamento do Conselho Municipal de Educação, e afirmou que através da lei conseguiria responder praticamente todas as respostas, com isso, não houve entrevista nem a entrega do questionário. Contudo, a partir da leitura da Lei foi possível compreender a importância do órgão para este município, apesar de considerar extremamente importante a entrevista com os representantes, para uma compreensão mais aprofundada e para entender as propostas mais significativas do órgão.

Um outro órgão de extrema significância, que possibilita a participação da comunidade escolar é o Conselho Municipal de Educação do município de Abaetetuba criado pela Lei Nº 95/96 de 05 de julho de 1996, que regulamenta o art. 175 da lei orgânica do município. Esse órgão, tem um papel fundamental pois estabelece normas, sendo estas de caráter deliberativo, consultiva, contenciosa e fiscalizadora. De acordo com o Art. 2º o Conselho Municipal de Educação tem por finalidade coordenar as atividades educacionais no município, estabelecer políticas educacionais voltadas para a democratização, estabelecer normas deliberativas desenvolvidas pelas instituições públicas e privadas; promover a articulação entre as instituições integrando o sistema de educação entre si e com os demais sistemas.

A Lei nº 125 de 10 de novembro de 1999, realiza algumas alterações referente a Lei 95/96 de 05 de julho de 2019, para seus representantes, sendo constituídos pelo Secretário de Educação e cultura de Abaetetuba; por um representante da educação Infantil, Ensino Médio e Superior; por um representante das escolas conveniadas; por um representante da Câmara Municipal de Abaetetuba. Estes deverão ser especialistas em educação ou ter experiência na área educacional.

Segundo o Art. 4º o Conselho Municipal do Município de Abaetetuba tem a Função de Articular e elaborar a política educacional para o município; interpretar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; analisar e aprovar o Plano Municipal de Educação; fiscalizar o cumprimento das diretrizes educacionais; aprovar os planos n que diz respeito a estrutura física,

merenda escolar; estabelecer normas para autorização e funcionamento das escolas; autorizar o funcionamento das escolas.

Na entrevista com a secretária de educação, procurou-se entender como é a relação SEMEC e o conselho municipal de educação, onde a mesma avaliou como boa e comentou,

[...] desde 2017, quando a gente assumiu, a gente sempre procura manter essa boa relação com o Conselho Municipal de Educação [...] hoje temos a lei do sistema municipal e o conselho municipal faz parte desse meio, as nossas resoluções hoje são discutidas pelo conselho. Existem resoluções das diretrizes na educação dentro do município que foi aprovada pelo conselho municipal; nós temos a criação do cargo profissional de apoio escolar para os nossos alunos com deficiência, que também foi feita uma discursão com o CME. E hoje, está tramitando a nossa lei municipal de transporte escolar também já em discursão com o CME quanto com o conselho do FUNDEB. (Secretária)

Diante de tudo isso percebe-se que o conselho municipal de educação do município de Abaetetuba tem uma grande importância para atuar em defesa dos direitos que lhe possibilitem melhores condições para desenvolver as atividades educacionais, apesar de estar atuante, ainda se requer uma ação rigorosa em defesa das escolas deste município, que estão em diferentes localidades. Sabe-se que existem algumas escolas que estão precisando ainda de investimentos, pois suas estruturas estão precárias. Apesar de conseguir garantir em lei, ainda temos muitas questões que não estão sendo bem aplicadas, o município ainda precisa investir em algumas escolas, principalmente na região de ilhas e estradas.

Nesse sentido, é importante comentar que muitas escolas no município geralmente da zona rural, funcionam em barracões cedidos pelas instituições religiosas, sendo um espaço não adaptado para atender as crianças. Verifica-se também no próprio plano a preocupação em relação a infraestrutura das escolas pois,

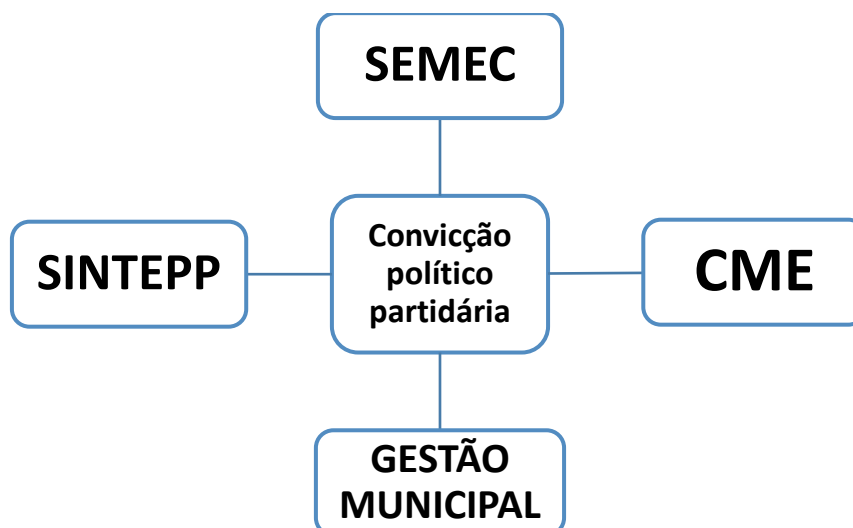
As escolas na cidade em sua maioria funcionam, em prédios próprios, porém ainda existem na região do campo algumas funcionando em prédios alugados e barracões comunitários, necessitando também de grandes investimentos por parte do poder público em proporcionar melhorias, a fim de garantir espaços escolares próprios, agradáveis, acessíveis e acolhedores ao público escolar (PME, 2015).

Além disso, as crianças das ilhas e estradas sofrem com a questão do transporte, pois muitas localidades o rabeteiro (dono de embarcação, responsável por buscar as crianças em suas casas e leva-las até a escola) quando não recebe o seu pagamento, não vai buscá-las, e ainda os motoristas de transportes escolar, que realizam paralisações reivindicando salários e melhorias

no transporte. Percebe-se que esses não são os únicos problemas que atingem a educação do município, mais que com certeza precisam de melhorias.

Durante a fala do representante do SINTEPP, explica que “não tem lutado para garantir, por exemplo aumento de salário, nesses últimos anos a nossa luta tá sendo para assegurar direitos”. Nesse sentido, percebe-se que sua afirmativa contempla o fato de que a luta dos professores é em busca de direitos que já estão em lei, porém alguns ainda não estão sendo aplicados.

Possivelmente alguns dos impasses para se aplicar melhor as metas do PME, de executar políticas educacionais e proporcionar uma educação de qualidade, é algo que afeta muitos dos municípios do estado do Pará, a forte influência político partidária.



É preciso enfatizar que as questões político partidárias, permeiam fortemente a educação do município. Não é incomum, que a distribuição de cargos, seja feita através de troca de favores, isso devido à forte ação política. Convém lembrar que, está troca influência diretamente nos cargos assumidos, onde este se compromete a apoiar, procurando manter-se estável.

Com isso, considera-se necessário salientar que essas questões de certa forma intervêm durante os percursos dessa pesquisa, principalmente durante as idas a campo, pois como sabe-se esse modelo de gestão, propicia uma insegurança em perder o cargo, pois ocasiona um certo medo e receio quando relacionamos a questão da organização do ensino no município.

Pode-se afirmar, através da presente pesquisa que o processo de criação e organização do sistema de ensino sofre profundas transformações sociais, política, econômicas e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi exposto nesse estudo pode-se compreender que as políticas públicas incluem diferentes ações, que de certa forma contribuem para o progresso das pessoas envolvidas, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso município.

Diante das dificuldades enfrentadas, as políticas vem nos assegurar através de leis a implementação de nossos direitos que muitas vezes são desrespeitadas pelo poder público. É através das políticas públicas que podemos assegurar e promover a igualdade, conseguindo melhores condições de vida para as pessoas que contribuem com seus impostos durante sua vida, o qual vem sendo pago para poder ter os benefícios que lhe são ofertados.

Hoje vivemos cada vez mais lutando para garantir que esses direitos saiam do papel, pois a cada escolha que fazemos errada pagamos um alto preço por essa escolha, pois ao garantirmos o poder de governo nosso país, ou nosso município sem termos a consciência que vão decidir pelas nossas vidas o futuro a qual todos iremos vivenciar. Somos responsáveis por nossas ações que refletiram em nossas vidas. Temos que rever nossas ações e aprender que o país precisa de pessoas que venham fazer com que nossos direitos sejam garantidos e que isso fará a diferença em nossas vidas.

De acordo com o que foi exposto nesse estudo, compreende-se que as políticas educacionais no município de Abaetetuba estão ganhando espaço, apesar da organização do sistema educacional do município ser extremamente difícil, pois trata-se de diferentes áreas, sendo rural: ilhas e estradas; e a sede, essas políticas estão proporcionando transformações no município, sendo de fundamental importância na organização do ensino.

Deve-se realçar que ainda existem inúmeras escolas neste município, que não são bem estruturadas, algumas funcionam até em barracões, mas apesar disso, as comunidades as tem como algo importante e que sem elas ficariam difíceis a outros acessos. Atualmente os alunos em algumas localidades possuem transporte, oportunidades que não existiam a alguns anos atrás e que foram possíveis através de políticas públicas.

Convém ressaltar, que apesar de estar garantido no Plano Municipal de Educação, como afirma a secretária de educação, os avanços como o piso salarial e a implementação da hora atividade, foram conquistados através de lutas e greves, como destaca o representante do SINTEPP.

As lutas pelos nossos direitos durante o decorrer da história foram constantes e com elas veio a transformação social. Entretanto o que percebe-se é que as políticas públicas que deveriam estar voltadas para o bem estar da sociedade em geral, se direcionam apenas a uma pequena parte dela, ou seja, a que tem o poder econômico e político. O que deixa a população indignada com essa situação. Sabendo de seus direitos os órgãos que trabalham para não deixar com que a situação piore, organizam debates movimentos que busca defender e assegurar esses direitos.

As políticas públicas buscam trazer melhorias e qualidade de vida para as pessoas, e com isso promovendo uma transformação social, sendo direcionada a uma coletividade.

As políticas públicas estabelecem e garantem os direitos humanos, fazendo com que as ações públicas sejam organizadas de acordo com as necessidades. Além disso, ela precisa ser discutida e planejada e ser direcionada a um resultado significativo, se não gerar esses resultados poderá ocorrer um desperdício de dinheiro público.

O que percebeu-se durante a pesquisa é que as políticas educacionais são extremamente necessárias, juntamente com as lutas, pois sem elas não teríamos chegado onde estamos hoje. No decorrer da história percebemos que as lutas são necessárias, e que se for necessário lutar vamos lutar para que nossos direitos sejam garantidos e que possamos viver com mais igualdade social, respeito a diversidade, respeito ao ser humano, por que todos precisam viver com dignidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. – Planalto. Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso 10 de outubro de 2016.

BRASIL. IBGE. Censo demográfico, 2018. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/panorama>> Acesso 10 de junho de 2019.

BRASIL. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – Planalto. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso 10 de outubro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de janeiro de 1996. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9424compilado.htm> Acesso 12 de outubro de 2016.

BRASIL, **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 20 de novembro de 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001.

BRASIL. **Plano Municipal de Educação de Abaetetuba**. Abaetetuba, Pará: 2015.

CALS, Alexandre Augusto de Souza. **Políticas Educacionais no Arquipélago do Marajó: A Organização do Ensino no Município de Breves/PA**. Tese (Doutorado em Educação: Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2012.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** (2 ed.). São Paulo: Editora Cortez, 1995.

CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. São Paulo, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Conselhos de Educação: fundamentos e funções**. São Paulo, 2006. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/18721/10944>> Acesso em: 25 de novembro de 2018.

FERRANTI, Adelino. **A política educacional no município de Abaetetuba (PA) no período de 2005 a 2008: realidade e limites**. Belém, 2013.

Educação Pública - **Breve relato da história da educação excludente: do início da colonização aos dias de hoje em nosso país**. Disponível em:

<<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0337.html>> Acesso 10 de outubro de 2016.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo, 2013.

LIMA, Antonio Aparecido. **O Conselho Municipal de Educação sob a ótica da comunidade escolar da Rede Pública Municipal de Ensino**. Paraná, 2011. Disponível em: <<http://www.faccrei.edu.br/wp-content/uploads/2016/10/diartigos65.pdf>> Acesso em 20 de novembro de 2018.

MACHADO, Jorge. **Nosso Folclore: panorama de folclore amazônico**. Abaetetuba, 2008.

Portal da Educação, Organização do sistema educacional brasileiro. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/34900/organizacao-do-sistema-educacional-brasileiro>>

REIS, Luiz. **Abaetetuba**. Belém: Editora Ltda, 1969.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: A organização escolar**. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SARMENTO, Diva Chaves. **Criação dos sistemas municipais de ensino**. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1363-1390, Set./Dez. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: Fevereiro de 2015.

SAVIANI, Demerval. **Plano nacional de educação, a questão federativa e os municípios: o regime de colaboração e as perspectivas da educação brasileira**. In: 6º Fórum Internacional de Educação da Região Metropolitana de Campinas e 1º Fórum de Educação de Paulínia em 29 de agosto de 2011.

_____, Demerval. **Sistemas de Ensino e Planos de Educação: O âmbito dos município**. In: 4ª Plenária do Fórum Estadual de Conselhos Municipais de Educação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 17 de Setembro de 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SOARES, José Arlindo; CACCIA-BAVA, Silvio (Orgs.). **Os Desafios da Gestão Municipal Democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUSA, Iris Amaral de. **O que fazer do poder público municipal na Amazônia: os caminhos da política educacional em Abaetetuba**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10168/1/Iris%20Amaral%20de%20Sousa.pdf>> Acesso 13 de maio de 2019.

TEODORO, A. **Organizações internacionais e políticas educativas nacionais: a emergência de novas formas de regulação transnacional, ou uma globalização de baixa intensidade**. In:

STOER, S.; CORTESÃO, L.; COR-REIA, J. (Org.). Transnacionalização da educação: da crise da educação à “educação” da crise. Porto: Afrontamento, 2001. p. 125-161.

Webartigos – Educação na Era Vargas. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/educacao-na-era-vargas/92753/>> Acesso 10 de outubro de 2016.